

Memórias impressas de guerras e guerrilhas nos confins do mundo rural: a Cabanada pernambucana-alagoana nas letras do mundo urbano (1832-1835)

Janaina Cardoso de Mello*

Palavras-chave:

Cabanos
Periódicos
Discurso

Resumo: No espaço rural geográfico fronteiro entre Pernambuco e Alagoas que eclode em 1832 uma rebelião rural denominada Cabanada. Esse movimento social provinha das tensões entre os grupos políticos regionais compostos por liberais e restauradores. A guerra repercutiu nas páginas de periódicos provinciais promovendo o temor de presidentes e demais segmentos sociais. Mantendo as tradições de uma escrita política lusa os periódicos urbanos oitocentistas destrataavam os cabanos rurais. Por isso, este artigo tem como objetivo a análise dos sentidos produzidos pelo discurso impresso em sua relação de apropriação e representação do real contido no movimento cabano.

Keywords:

Cabanos
Periodicals
Speech

Abstract: In rural areas the border between Pernambuco and Alagoas geography that breaks out in 1832 a rural rebellion called Cabanada. This social movement stemmed from tensions between the regional political groups composed of Liberals and Restorers. The war was reflected in the pages of provincial periodicals promoting fear of Presidents and other social segments. Keeping the traditions of political writing lusa urban 19th century periodicals bullied the rural again. Therefore, this article aims the analysis of the meanings produced by speech printed in their ownership and real representation contained in the rebel movement.

Recebido em 16 de agosto de 2014. Aprovado em 17 de dezembro de 2014.

Introdução

É no espaço geográfico fronteiro entre Pernambuco e Alagoas que eclode em 1832 uma rebelião rural denominada Cabanada devido a participação de segmentos populares (índios, negros e caboclos) que residiam de forma precária em palhoças de terra batida. Esse movimento social provinha das tensões entre os grupos políticos regionais compostos por liberais (exaltados e moderados) e restauradores (absolutistas).

Com a elevação do governo moderado à Regência, muitos senhores de engenho locais haviam perdido posições importantes que ocuparam até a abdicação de D. Pedro I, a exemplo de Torres Galindo, o ex-Capitão Mor da Vila de Santo Antão e responsável pela condução dos primeiros conflitos que desencadearam a guerra no interior das duas províncias. A Cabanada foi comandada em sua fase popular por Vicente Ferreira de Paula, um mestiço, saído dos quadros das forças militares que ensinara aos cabanos as táticas de guerrilha (ANDRADE, 2005; MELLO, 2008).

O espaço urbano de Recife, por onde transitavam periódicos inflamados de críticas aos governos, conforma-se no *locus* privilegiado para as contestações oitocentistas, num clima de hostilidades políticas e militares com raízes que remontavam ao século anterior.

Mantendo as tradições de uma escrita política lusa os periódicos urbanos oitocentistas destrataavam os cabanos rurais vistos como “criminosos”, “gente insubordinada”, “facinorosos”, “rebeldes”, “bárbaros”, “selvagens”.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo a análise dos sentidos produzidos pelo discurso impresso em sua relação de apropriação e representação do real contido no movimento cabano.

Periódicos em tempos de guerra: memórias do mundo rural lidas no mundo urbano

A guerra dos cabanos repercutiu nas páginas de periódicos provinciais promovendo o temor de presidentes e demais segmentos que não partilhavam das ideias revoltosas e enxergavam nas brechas criadas

* Pós-Doutoranda em Estudos Culturais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutoranda em Ciência da Propriedade Intelectual na Universidade Federal do Sergipe (UFS). Doutora em História Social pela UFRJ; Professora Adjunta da Graduação em Museologia na UFS e dos Mestrados em História na UFS e na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

pelas cisões das elites regionais uma possibilidade consubstancial para que as ditas “classes perigosas” acendessem ao cenário político nacional com suas demandas sociais. Dentre estas, liberdade para os escravos, posse de terras para diversas etnias, liberdade de culto religioso etc. (MELLO, 2006).

O *Federalista Alagoense* divulgou as informações a respeito do conflito entre os cabanos de Jacuípe/Panelas do Miranda e as forças militares provinciais, ressaltando sempre a participação dos Caramurus na empreitada contra a terra que carecia de sossego para progredir¹. Enquanto em Pernambuco, O *Harmonizador* reprovava publicamente o dito “Partido Coluna”, nomeando seus conspiradores que estariam utilizando o mote do absolutismo para incendiar revoltas pelo interior², O *Mentor Pernambucano* criticava os governos de Alagoas e Pernambuco em suas ações infrutíferas no combate dos cabanos³. O *Diário da Administração Pública de Pernambuco* chamava a atenção para os “planos anarchicos” da “horda de salteadores cabana”⁴.

No Brasil do oitocentos, mesmo no pós-independência, a produção do significado através da linguagem política manteve o “estilo doutrinário” português até pelo menos o final do século XIX, pois, como lembra Oesterreicher (2002, p. 359):

[...] as tradições discursivas funcionam em virtude de situações comunicativas determinadas historicamente. Todo discurso individual guiado por determinados modelos discursivos – os gêneros ou as tradições – se constitui no marco de uma série de constelações comunicativas que controlam os traços específicos de cada discurso e as possíveis modalidades de sua produção e recepção.

A comunicação era feita utilizando-se tanto da língua quanto da escolha de uma tradição discursiva. Desde 1826, quando ocorre a formulação oficial do Português como língua nacional no Brasil, entra em cena a língua como signo de nacionalidade, os professores deveriam ensinar a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional. A preparação da gramática no século XIX ficava sob a responsabilidade de professores, escritores, historiadores ou jornalistas, que assumiam uma dupla função institucional. A linguagem era concebida como um processo de interação entre sujeitos

historicamente situados nos embates sócio-políticos do cotidiano, com heranças formativas que constituem seu arcabouço cultural. Ressalte-se que muitos homens das letras que usaram suas penas na redação dos periódicos oitocentistas eram formados em universidades portuguesas.

Os vapores sufocantes e inquietantes responsáveis pela propagação do sentimento de mal-estar causado pelas divergências políticas que pululavam país afora já eram percebidos em 1829 na folha jornalística local: “Pernambuco. Domingo I^o do corrente começou nesta cidade a correr o boato, de que se premeditava fazer instalar hum governo popular na Villa de S. Antão para os fins, que os interessados nisso lá sabiaõ”⁵.

O interior remexia-se de forma incômoda, portanto, fazia-se necessário enfatizar a legislação como forma de conter os ânimos conspiradores. Assim, o *Diário de Pernambuco* evocava um intercâmbio de ideais para defesa da ordem presente no direito francês e no jornal *Aurora Fluminense*:

Só a Lei he a autoridade, e a Liberdade; fora da Lei não se acha, se não a usurpação, e a revolta.
(Pagès, Droit Politique)
(Da *Aurora Fluminense*)⁶.

Para além do antagonismo e da solidão nos momentos conturbados da província, procurava-se mostrar certa unidade de pensamentos e o necessário apoio em armas contra os “facinorosos” que pretendessem desestabilizar o Império. Evidentemente não era um discurso consensual mesmo entre os políticos que ocupavam cargos importantes na administração política da Província, cujo regionalismo possuía na maior parte das vezes tintas mais fortes na defesa dos interesses autonomistas, porém ao surgir inscrito no órgão oficial do governo de Pernambuco, adquiria uma dimensão que visava deixar sob receio os inimigos mais imediatos que planejavam usar da força para combater a pena da lei.

Utilizando a simulação do diálogo como recurso linguístico de retórica, o jornal prosseguia na tentativa de envolver os leitores nas discussões sobre soberania e construção da nação, destacando o papel da sociedade nas decisões:

Ora nestas Sociedades assim effectuadas, aonde, ou em que residia a Soberania? Não

era nas mesmas Sociedades? Que cousa era, ou poderia ser esta Soberania?
Respondo: Nenhuma outra coisa poderia ser se não – A Vontade de Todos⁷.

Uma coletividade de interesses garantidos pela salvaguarda da propriedade e da vida que cabia ao governo como depositário da confiança “geral” nas prerrogativas da lei. Aprofundava a questão ao versar também sobre a outorga da Constituição, requisitando uma análise sobre a atuação de D. Pedro I e sua legitimidade perante brasileiros e portugueses:

Pelo que temos expendido sobre princípios de direito natural e a vista do nosso mesmo exemplo, ficam aniquiladas as matracadas luciferinas do monótono Cruzeiro, com que nos aturde diariamente, pondo todo o benefício da parte do Imperante, e toda a obrigação da parte da Nação; confundindo as palavras oferecer, e outorgar = S.M.I. do Brazil ofereceu; e a Portugas outorgou: Sr. Cruzeiro nisto á grande differença; não confunda ideas, destruindo de arte o equilibrio, e garantias da Constituição (Tit. 3º art. 9) Fica confundida a rinchada do seu Correspondente = Amigo de Todos = quando disse, que S.M.I. era Chefe dos Brasileiros ainda antes da sua Independência: se o Brazil fazia então parte da Monarchia Portugueza, se obedecia a El Rei D. João 6º, como podia ter outro Chefe alem d’Elle?. A Legitimidade começa no Brazil na Pessoa do Sr. D. Pedro Iº para sua Decendencia Legitima (const. Tit. Iº art. 4.: Cap. 4 art. 117) Dice Sr. Cruzeiro, Sr. amigo-taes cabeças taes sentenças⁸.

À medida que avançavam as polêmicas que se contrapunham ao governo de D. Pedro I e acentuava-se o papel desempenhado pelos portugueses ao redor do Imperador, o discurso contra o absolutismo na folha pernambucana tornava-se agressivo frente à “louca obstinação dos sectarios do poder absoluto”⁹.

Atuando como voz importante no debate político nacional, Lopes Gama não se furtou por ocasião da abdicação de D. Pedro I em fazer uso de seu periódico pernambucano *O carapuceiro* para questionar:

Bem podia ser, que uma conjuração parcial no Rio de Janeiro se atrevesse ao Monarca, e a força d’armas o obrigasse a largar o Trono: mas se ele tivesse por si o voto da nação, todas as Províncias festejariam, como festejaram, a nobre Revolução de 7 de Abril? Seria a sua Abdicação tão geralmente aplaudida, que nenhuma só Província se declarou contra ela?¹⁰

Conforme Lopes Gama, a “revolução” de 7

de abril fora realizada de forma legítima, não ocorrera contestação, mas sim a celebração da nação. Agora era preciso frear o carro da revolução e recolocar a nação nos trilhos da legislação, da ordem, da racionalidade. Sobre os movimentos que se articulavam para a restauração do trono a D. Pedro I, *O Carapuceiro* explicava: “Uma cousa restaurar-se um Povo, de qualquer jugo, que o oprime, outra cousa é a restauração de um Príncipe. A primeira é sempre vantajosa, a segunda só quase por milagre deixará de acarretar incalculáveis desgraças”¹¹.

Lopes Gama buscava distinguir a natureza da restauração positiva de povos e nações sob um domínio opressivo, da tentativa de restauração apregoada pelos setores inconformados com a “vontade da nação”, imbuídos por interesses particularistas.

A discussão não se esgotaria e em 1835, o *Diário de Pernambuco*, tendo em vista a publicação do cotidiano da guerra dos cabanos presente nas correspondências trocadas entre comandantes de tropas legalistas e presidente de província, reclama a condução dos destinos políticos por um grupo capaz de controlar as desordens mantendo o “populacho” longe das armas. Reforçar a ideia de que a existência de um “pacto social” e de uma disputa dentro da legalidade eram as perspectivas norteadoras do discurso moderado do governo: “Longe de querer-se huma reforma se pretende acabar como todo o pacto social, eliminando a forma do governo, e levando de rojo, todo o sistema político da Nação Brasileira. He isto o que determina o art. 174? Responão os Deputados Françaes”¹².

Ainda no mesmo número questionaria a atuação do judiciário, dos homens letrados, frente às acusações de conivência com os rebelados da cabanada obstando assim a garantia de liberdade e equilíbrio entre os poderes: “¿He possivel que homens de letras, que Jurisconsultos abalizados assim vão de encontro aos principios mais triviaes do direito constitucional, e que ignorem que a única garantia para a Liberdade politica consiste no equilibrio e harmonia dos Poderes politicos?”¹³.

Apelava-se usando de recursos linguísticos de destaque e exclamativos de conotação emotiva para conclamar também ao poder legislador o combate a desordem instaurada na sociedade: “LEGISLADORES!!! Contemplai na vossa situação difficil em meio dos

combates da Demagogia, que conspira por todas as partes contra o sistema legal”¹⁴.

Mas não era somente a feição oficial que ocupava o cenário transmitido nos periódicos pernambucanos e em janeiro de 1835, foi publicada a proclamação do chefe dos cabanos, Vicente Ferreira de Paula no *Diário da Administração Pública de Pernambuco*. Reproduzindo um documento manuscrito, datado de 16 de novembro de 1833, apresentavam-se as palavras revoltosas do mulato que assumira a condução da guerra cabana para lhe dar uma feição eminentemente popular, mas cujo discurso expressava um léxico restaurador: “Jacobinos. Vós tendes abusado do nosso sofrimento, o qual não tem limites pois todos os momentos nos estais cobrindo de apelidos e vitupérios que mais parecem de brutos do que de homens”¹⁵.

O líder cabano refere-se às alcunhas pelas quais os homens das matas eram apelidados nos periódicos oitocentistas de Pernambuco e Alagoas. Aquele a quem os ditos “civilizados” do mundo urbano ressaltavam a barbárie, iniciava sua fala num tom de recriminação culta que subvertia o próprio discurso governista, destoando da forma pejorativa como era retratado no mesmo periódico. Porém, a intenção nessa divulgação pelo órgão governista era dar ênfase à “barbárie” da liderança cabana:

[...] Vera v. Ex. o proveito tirado contra os **saltadores** por uma partida sahida de Paquivira, e do original da carta do **Saltador** Vicente Ferreira de Paula, de que trata o mesmo officio verá V. Ex. a perversidade deste infame chefe cabano, a quem não tem sido possível prender¹⁶.

Os cabanos classificados como salteadores, facínoras, hordas de assassinos, ladrões, perversos, bandidos, dentre outras adjetivações de cunho negativo constituíam a representação social do homem pobre rural conflitante com a ordem urbana estabelecida. Assim, pode-se entender essa representação como uma elaboração de comportamentos inferindo na comunicação dos indivíduos (MOSCOVICI, 2003), bem como na construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001), ou mesmo na reconstituição do real e atribuição de uma significação específica (ABRIC, 1994).

Constituía-se o imaginário da “selvageria” do sertão personificado naquela liderança e seus comandados para reforçar na oposição da “civilização governista” um poderio militar legalista que recorrentemente havia fracassado em por fim ao conflito que se prolongava a ponto de gerar nos soldados: “o medo da guerra eterna”.

Vicente Ferreira de Paula enfatiza ainda em sua fala direcionada aos seus algozes:

Vós rabiscáis nessas pardas proclamações forjadas na Aula da traição todas as sortes de imposturas e falsidades, pois chegais a afirmar que me não avistastes no fogo, sendo sempre o primeiro a perseguir-vos, nunca mudando trajas para que vos escape à vossa vista, e nem por isso tendes tido coragem de um por um me fazerdes frente! Deixai que vos diga que sois muito fugitivos, e que era mais próprio entregar a espada e abraçar o fuso. Vede com que precipitação o vosso camarada Teto no fogo do Tigre largou a espada, e na fuga se salvou. Neste fogo conhecestes a perda que tivestes qual é nosso valor, e ainda vos lembra o choque de Bom Jardim, Farricosa, Vila, Bosque, Barra Grande e Massangano, e neste último tiramos um monstro que oprimia a humanidade! É desnecessário pintar-vos miudamente a grande perda que tendes sofrido, e só vos digo que já muitos de vós mergulhasteis no Oceano, onde barraquearam vossas vidas!¹⁷

Com esse discurso a liderança cabana expõe a fragilidade e o poderio de seus combatentes das matas, pois mesmo os relatos oficiais destinados a engrandecer os feitos militares e os sucessos do governo, terminavam por revelar os temores da administração e da sociedade com a grande mobilidade das forças cabanas que não se deixavam derrotar:

Em outro ponto os defensores da Pátria costumavão dormir a somno largo, e tão largo, que d’uma feita acordarão a força de repetidas facadas dos habitantes das Cabanas, que aproveitando se da oportunidade que lhes offerencia a occasião conseguirão fazer algumas mortes!¹⁸

Em 1834 são aprendidas pelas forças governistas, duas cartas com instruções aos rebeldes cabanos por parte de Lorenzo Glz da Silva (datada do dia 20 de abril) e Vicente Ferreira de Paula (de 20 de dezembro), posteriormente publicadas no *Diário da Administração Pública de Pernambuco* em 1835.

Na primeira, direcionada ao Capitão Pedro, ordenava-se que se juntasse a gente, para sair em busca

de alguma pólvora. Na segunda, encaminhada ao Capitão Fillipe Joze da Costa, afirmava o líder cabano que “os maluidos istam com muito meido do que vem dório de janeiro a nosso favor que já andam pricurando padrinho”, mandando notificar ainda “todos os povos tanto indios como ordenar i papameis e aquele que não quizerem a Cudri não haja piedade Coneles”, instruindo que se reunisse ao Capitão Lourenso para marcharem ao local em que ele estava vigiando a farinha e assim “não darmos bote pequeno darmos logo um bote grande que nosairva desproveito”, assinando como General da Tropa¹⁹.

Absorvendo o vocabulário externo, utilizava-se Vicente Ferreira de Paula de um contexto de valores de desqualificação dos inimigos, afiançando o auxílio vindo da capital do Império, reforçando a ideia do “medo” no outro, revelando a necessidade de exacerbar-se na crueldade em caso de oposição às suas ordens e planejando um ataque que lhe garantisse vantagens sobre os rivais.

Deve-se ter em conta que a fala, ríspida e muitas vezes arbitrária da liderança cabana revela que a relação “entre iguais” não se estabelece sempre em bases democráticas, pois permeia essa interação critérios de censura e desaprovação para aqueles que auxiliassem o dominante ou rompessem costumes, valores ou regras sociais comunitárias.

A “mão de ferro de Vicente de Paula” em exigir a punição – muitas vezes com a pena de morte – dos traidores e desertores, principalmente nos últimos meses do conflito quando suas tropas diminuam vertiginosamente, demonstrava além da necessidade de assegurar sua sobrevivência nas matas (longe dos cárceres governistas), as marcas do controle disciplinar no qual o próprio fora forjado, enquanto “mulato”, mas também enquanto soldado do corpo de Ordenanças, pois a estrutura de dominação social e cultural não é “exterior” aos partícipes da cabanada, estes também fazem parte das engrenagens que possibilitam a reprodução da dominação.

Todavia, continuavam a surgir nos periódicos apelos extremados que ensejavam a comoção: “Ó meus filhos, deixai de fazer-vos tão funesta guerra: cessai de lacerar as entranhas da vossa Pátria, e de empregar as vossas forças em a destruir”²⁰.

O *Mentor Pernambucano* aproveitava-se de seus escritos para criticar os governos provinciais de Pernambuco e Alagoas, com relação as suas ações dispendiosas e infrutíferas no combate aos cabanos. Dessa forma, no início de 1833, conclamava seus leitores:

Lancemos hum golpe de vista sobre as authorities estacionadas em Panellas, e ficaremos então convencidos, de que só aspiramos obter qualquer emprego, para fazermos a nossa felicidade, e que a felicidade Publica jaza no esquecimento, pouco nos importa. Sim, Srs., eu quizera que essas authorities, de quem fallo me dissessem, onde se achao sepultados tantos e tantos contos de rs. Sahidos do nosso Thesouro para aquelle lugar, quando os nossos pobres soldados alli vivem lamentando-se, por não terem o que comer, e por não receberem aquelle jornal, que pelos seos relevantes serviços tanto merecem? Estarão por ventura seguindo o exemplo de dous indivíduos das Alagoas, cujos nomes oculto, porque o meo fim he corrigir o delicto, e não desmascarar o delinqüente, sim, estarão elles seguindo o exemplo desses dois homens zelosos do bom êxito dos negócios do Brasil, que dizem (vaihanos a verdade do tempo da guerra) recebem do Erário o dinheiro para o pagamento das tropas estacadas no Porto Calvo em prata, e fazem o pagamento em cobre prescinto, e sem valor? Oh! Tempos! Oh! Costumes!²¹

As palavras apontam a corrupção de representantes do governo, o desvio de dinheiro ocasionando insucessos na condução das tropas legalistas que desertavam cotidianamente em função da escassez de víveres que garantisse a sobrevivência, além dos pagamentos de soldos com atraso ou moedas falsificadas que não eram aceitas no comércio. Elementos esses que atuavam no prolongamento da guerra que “ceifava vidas e erários dos cofres públicos” para aqueles que esperavam ver os cabanos derrotados imediatamente.

Ainda de Pernambuco, do periódico *A Quotidiana Fidedigna* ressoavam clamores pela união, pela concordância com a legislação para que se obtivesse a vitória sobre os restauradores cabanos bradando euforicamente a abdicação, assinalando assim não ser mais possível o retrocesso a monarquia de Pedro I: “Haja uniaão entre nós, haja a devida prudência e sobre tudo respeitemos, e obedeçamos á Lei, que triunfaremos de viz restauradores, de salteadores cabanos, e seremos dignos de nome de Brasileiros, VIVA A HEROICA REVOLUÇÃO DE 7 DE ABRIL”²².

De Alagoas, no periódico *O Federalista Alagoense*, as informações do conflito entre cabanos de Jacuípe/Panelas do Miranda e as forças militares provinciais, ressaltavam a participação dos Caramurus contra a terra que carecia de sossego para progredir:

O nosso actual Presidente dezançado de que senão deve capitular com traidores, que huma vez o apanharão a Pátria roubando-a sem rebuço, conheço o perigo, que corriamos, e marchando immediatamente a Porto Calvo, e Barra Grande, foco de malvados, tomou as medidas conducentes a apagar o incêndio apenas principiado²³.

Passagem reforçada pela proclamação de Vicente Ferreira de Paula ao declarar a relação do movimento cabano com o retorno de D. Pedro I ao trono:

Adoramos o nosso Imperador o Senhor D. Pedro primeiro, respeitamos seu Augusto Filho, porém odiamos-lo no caráter de Imperador, porque seu Pai não abdicou a Coroa Brasileira por sua espontânea liberdade, mas sim foi um roubo feito que todo o Brasil conhece! Tendes esse Jovem na companhia dessa carneira Regência que pretende manietar os Brasileiros ao carro da miséria enquanto essa corruta Assembléa vai enstiscando os cofres públicos, e mergulhando-vos na baixaza. Esses homens só tem a mira em seus interesses e a sombra dessa decantada constituição pretendem suplantar o Brasil no caos do esquecimento²⁴.

A apropriação do discurso restauracionista das elites proprietárias por homens e terras pelos segmentos populares cabanos foi compreendida pelos autores marxistas como uma contradição da *práxis* (FREITAS, 1978; ALMEIDA, 1995). Mas o aporte das Ciências Sociais permite outro caminho de interpretação no qual as palavras do líder cabano revelam o desenvolvimento de uma hibridação, ou seja: “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2006, p. XIX).

Sob esse aspecto: “a hibridação interessa tanto aos setores hegemônicos como aos populares que querem apropriar-se dos benefícios da modernidade”. Assim, os cabanos como filhos de seu tempo aproveitam das cisões entre as elites para contestarem o *status quo*, mesmo de forma localizada e isso fica patente ao manterem seus roçados nas matas, com a posse de terras por ocupação

e produção e vivenciando nas matas uma liberdade possível para escravos outrora submetidos às agruras da *plantation*.

O discurso de aliança é a ponte que os direciona para um território de onde emerge uma nova existência, pois frente à desigualdade fundamental no exercício das relações de poder, deve-se ter atenção às negociações viáveis entre senhores e escravos (THOMPSON, 1997). Dessa forma, no último trecho de sua carta, Vicente Ferreira de Paula avisa:

Minhas tropas vão tomar toda a coragem, para patentearem ao Mundo inteiro seu valor.
Soldados. Corramos às armas, é tempo de acabarmos com quanto for jacobino.
Soldados. Viva a Religião Católica Romana.
Viva o Nosso Imperador o Senhor D. Pedro Primeiro e Sua Augusta Dinastia²⁵.

É do Brejo, em Pernambuco, nas “matas perigosas”, concebidas como brenhas ou esconderijos dos salteadores, espaço inculto, posse de terra por ocupação que se prolifera o terror da massa, que deseja muito mais que o retorno do príncipe português, mas, sobretudo, anseia por ter seu valor reconhecido enquanto sujeitos que movimentam a história.

Constituindo-se como uma via para a repercussão dos embates entre restauradores e liberais, a imprensa pernambucana e alagoana traz para a cena pública, para a visibilidade das cidades, o povo das matas que por muito tempo esteve oculto na cultura açucareira.

Seja através de imagens deturpadas que visam reforçar estereótipos de inferioridade, os impressos terminam mediando as relações entre a sociedade e o Estado, não necessariamente como manipulação, pois o consenso não é evidente ou pacífico num contexto aguerrido. Compete aos governos provinciais responder publicamente pelo fracasso de suas ações no combate aos pobres do interior. Cumpre aos moradores das cidades cobrarem do Estado a execução de medidas que diminuam os temores impulsionados pelos “indigentes” que assumem posição de destaque e ousando até mesmo realizar proclamações políticas, como se à boa sociedade pertencessem.

Da infâmia cometida, exige-se a “punição merecida”, todavia, esta não vem, a guerra prolonga-se e suscetibilidades são expostas. O desentendimento

dos comandos militares, a corrupção do governo, a desinteligência à nível local e regional destoam de qualquer pretensão hegemônica de poder, uma vez que esse se esfacela num mosaico de lutas simbólicas.

E é das páginas do *Sentinela da Liberdade na sua primeira guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada*, que Cipriano Barata, em 1835, fala sobre os Cabanos, contestando as informações repassadas no *Diário de Pernambuco* e criticando a violência que atinge parte das populações de Alagoas e Pernambuco no período de repressão ao movimento:

Quanto ao armamento dos Cabanos, o *Diário* confessa-o e até condena por sua maldita boca. Diz que ao Governo do Rio de Janeiro pediu 200 homens para marcharem ao matadouro do Rio Grande do Sul, segundo o costume, e que achando-se as prisões entulhadas de homens que foram *presos por Cabanos*, e não se achando esses homens *pronunciados*, o Governo mandou recolher os aptos para servirem, fez-lhe assentar praça e os remeteu (Injustiça cometida contra esta província tão sangrada de gente e que não pode dar nenhum só homem). O leitor deve recordar o tal *Diário*²⁶.

Nessa passagem emblemática, Cipriano Barata chama a atenção para o fato dos arrolados terem sido “presos por Cabanos” e ao deixar essa passagem grifada, levanta suspeitas sobre a veracidade desse enquadramento, ainda mais a frente alerta para o fato de terem sido esses homens penalizados sem haverem sido “pronunciados”, julgados e condenados. Ou seja, a justiça não seguia os parâmetros da legalidade, antes, buscava se livrar dos “inconvenientes” efetuando alistamentos forçados e enviando os ditos partícipes da guerra cabana para combaterem os farroupilhas no sul do país, uma vez que as prisões provinciais e na ilha de Fernando de Noronha não mais comportavam os cabanos. As despesas de manutenção destes nos cárceres e a necessidade de apagar suas memórias das províncias de Pernambuco e Alagoas era imprescindível.

Continuava ainda no mesmo exemplar do periódico Cipriano Barata questionando a autoridade legal que executou tais medidas, ressaltando a arbitrariedade da medida, inquirindo se eram de fato “cabanos” ou meros desafetos políticos e, para tanto, aponta que:

[...] está claro o despotismo de os mandarem sentar praça e armar, e remeter. Praticou o

Governo [ilegível] o que não podia fazer: legislou e absolveu como Juiz. Atacou dois Poderes: o Legislativo e Judicial. Eis um governo *absoluto*. Onde está a Constituição? Onde estão os direitos dos Cidadãos? Miserável Pernambuco!²⁷

Lançava a pecha de “absolutista” o redator do *Sentinela* aos liberais moderados que diziam combater o “absolutismo” dos cabanos, mas na prática exerciam ações autoritárias que obscureciam os próprios princípios constitucionais e de liberdade entre os poderes que diziam defender.

Em outro exemplar do *Sentinela*, ainda em 1835, Cipriano Barata segue esbravejando sobre a contenda armada não resolvida em Pernambuco, ressaltando a perda de vidas, o desgaste econômico da província e ainda recebendo ordens do Rio de Janeiro para o envio de 600 homens destinados a marchar sobre o Pará auxiliando no combate aos cabanos²⁸ da outra província quando Pernambuco não conseguira ainda pôr um fim definitivo à sua própria guerra cabana:

[...] seguiu-se a carnificina e lamentável guerra civil de Panelas e Jacuípe, onde quase por quatro anos têm voado para o mundo dos mortos mais de três mil indivíduos; aquela guerra vai continuando.

[...] Que além de tudo conserva o acampamento de Limeiras com bastantes Tropas, as quais são indispensáveis, pois o Chefe dos Cabanos, Vicente Ferreira de Paula, ainda mantém muitos Salteadores com os quais acomete os Engenhos, destróigados, Lavouras e homens, como é público e não sofre dúvidas; assassinando os ditos Cabanos há pouco o Senhor do Engenho Cachoeirinha, um sobrinho e uma Mulata, que corria a fazer aviso a seu Senhor; além de outros estragos; e de dois Soldados também mortos em um dos Pontos; donde se segue que a guerra do nosso centro continua e precisa de Tropas que refreiem os bandoleiros²⁹.

A imprensa em Pernambuco e Alagoas, assim como no Brasil, na primeira metade do oitocentos, compõe diálogos entre as forças em atrito, expressa seu ideário buscando uma interação com o leitor, perguntando, instigando, sobressaltando com a finalidade de aproximar, envolver e provocar reações no público. As alusões direcionadas aos leitores e as interjeições transportavam aos editoriais os debates incendiários que habitavam as ruas. Vinculando a tradição discursiva na intermediação entre a língua padrão formal e a

coloquialidade tornava acessível a política tanto ao letrado quanto ao analfabeto que escutava as conversas e construía sua própria interpretação das palavras que lhe chegavam.

Considerações finais

Definindo-se o *liberalismo* como um conjunto de ideias e práticas políticas mais propensas à democracia e à participação no destino público, a ocorrência de sublevações comumente é entendida como uma manifestação irrisória, onde não existe um objetivo definido de transformação da realidade de opressão camponesa e nem mesmo uma unidade entre os protagonistas dessas revoltas. E no caso de alianças entre segmentos submissos a uma estrutura econômica com os promotores desse sistema de dominação, essas terminam sendo compreendidas como “alienação”, “manipulação” ou “contradição” por parte dos mais fracos. Todavia, se há uma contradição de fato, talvez ela resida na impossibilidade de se caracterizar a revolta a partir de um só grupo social. É essa multiplicidade ocorrida no movimento rural da cabanada pernambucano-alagoana que suscita um olhar diferenciado.

No meio urbano, apesar da coexistência de mecanismos de cerceamento, as alternativas políticas “dentro do sistema” encontrando nos grupos de opinião um canal de verbalização possuem maior concretude, uma vez que estes produzem uma ação formativa e informativa vinculada aos impressos, possibilitando um acesso, mesmo que informal, dos iletrados da sociedade através da cultura da oralidade. O ato de “escutar” permitia uma determinada interpretação dos princípios políticos em circulação, apreendendo-os e utilizando-os conforme sua experiência. Mas também sua “fala” ressoava nos folhetos, fosse através de representações de seu cotidiano ou do medo que as “classes ínfimas” espalhavam na cidade quando agiam no campo da “desordem”.

Os núcleos urbanos, de um modo geral, possuíam outros meios políticos capazes de conferir visibilidade aos menos favorecidos, o que não ocorria no mundo rural, onde tais mecanismos ou eram desconhecidos ou rejeitados por sua ineficácia.

Notas

- 1 *O Federalista Alagoense*. Jornal Político, Literário e Moral, nº 19, 03/10/1832. In: BN.
- 2 *O Harmonizador*, nº10, 17/05/1831. In: APE.
- 3 *O Mentor Pernambucano*, nº 1, 01/01/1833, In: APE.
- 4 *Diário da Administração Pública de Pernambuco*, nº 1, Tomo 5º, Vol. 3:10, 02/01/1835. In: APE.
- 5 *Diário de Pernambuco* nº 29, em 06/02/1829 [Microfilme]. In: FUNDAJ.
- 6 *Diário de Pernambuco* nº 60, 16/03/1829. In: FUNDAJ.
- 7 *Diário de Pernambuco* nº 127, 15/06/1829. In: FUNDAJ.
- 8 *Ibidem*, *ibid*.
- 9 *Diário de Pernambuco* nº 148, 14/07/1829. In: FUNDAJ.
- 10 *O Carapuceiro*, nº 63, 27/07/1833. In: BN.
- 11 *O Carapuceiro*, nº 53, 18/05/1833. In: BN.
- 12 *Diário de Pernambuco* nº 113, 01/07/1835. In: FUNDAJ.
- 13 *Ibidem*, *ibid*.
- 14 *Ibidem*, *ibid*.
- 15 *Diário da Administração Pública de Pernambuco*. nº 1, Tomo 5º, Vol. 3:10, 02/01/1835. In: APE.
- 16 *Diário da Administração Pública de Pernambuco*, 1834. In: APE [grifo meu]
- 17 *Diário da Administração Pública de Pernambuco*. nº 1, Tomo 5º, Vol. 3:10, 02/01/1835. In: APE.
- 18 *O Topinambá*, nº 12, 27/11/1832. In: APE.
- 19 *Diário da Administração Pública de Pernambuco*, Tomo 5º, vol. 3, nº 3, p.11, 02/01/1835. In: APE.
- 20 *Diário de Pernambuco* nº 167, 07/09/1835. In: FUNDAJ.
- 21 *O Mentor Pernambucano*, nº 1, 01/01/1833. In: APE.
- 22 *A Quotidiana Fidedigna* nº 132, 07/04/1834. In: FUNDAJ.
- 23 *O Federalista Alagoense*. Jornal Político, Literário e Moral. nº 19, 03/10/1832. In: BN.
- 24 *Diário da Administração Pública de Pernambuco*. nº 1, Tomo 5º, Vol. 3:10, 02/01/1835. In: APE.
- 25 *Diário da Administração Pública de Pernambuco*. nº 1, Tomo 5º, Vol. 3:10, 02/01/1835, In: APE.
- 26 *Sentinela da Liberdade na sua primeira guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada Alerta!*, nº 25, 16/04/1835. In: APE. Grifos do redator.
- 27 *Ibidem*.
- 28 Referência à rebelião denominada Cabanagem ocorrida no Pará entre 1835 e 1836, envolvendo pequenos lavradores, militares, índios, caboclos e escravos.

29 *Sentinela da Liberdade na sua primeira guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada Alerta!!*, nº 35, 26/09/1835. In: APE.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. **Pratiques Sociales et Representations**. Paris: Press Universitaires de France, 1994.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Memorial Biographico do Capitão de Todas as Matas**. 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A guerra dos cabanos**. Recife: EDUFPE, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2006.

FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do Imperador**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MELLO, Janaina Cardoso de. Matas plurais, imoralidades matrimoniais: o despique entre negros e índios cabanos de Jacuípe (AL – PE, 1835-1850) In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Orgs.) **Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas**. São Paulo/Vitória da Conquista: Annablume/Unesb, 2008.

MELLO, Janaina Cardoso de. O perigo vem das matas. **Revista Nossa História**. n. 37. São Paulo: Vera Cruz, Novembro de 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**. Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

OESTERREICHER, Wulf. Autonomización del texto e recontextualización. Dos problemas fundamentales en las ciencias del texto. In: RODRÍGUEZ, Eduardo Hopkins (Ed.) **Homenaje Luis Jaime Cisneros**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, vol. I, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.